



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

90

PROJETO DE LEI Nº , DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa “Inservível que Serve”, destinado à cessão de uso de bens móveis inservíveis, em condições de utilização, às entidades sem fins lucrativos sediadas no Município de Caçapava, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Caçapava, o Programa “**Inservível que Serve**”, com o objetivo de promover a destinação socialmente responsável de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal, mas que se encontrem em condições de utilização, mediante cessão de uso às entidades sem fins lucrativos sediadas no Município.

Art. 2º Poderão participar do Programa “Inservível que Serve” as instituições, associações e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - estejam sediadas e desenvolvam suas atividades no Município de Caçapava;

II - sejam reconhecidas como de utilidade pública municipal;

III - comprovem, no mínimo, 2 (dois) anos de efetivo funcionamento;

IV - possuam sede própria ou imóvel regularmente utilizado para o desenvolvimento de suas atividades; e

V - estejam regularmente constituídas e em situação regular perante os órgãos competentes.





Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º Os bens móveis considerados inservíveis e passíveis de destinação por meio do Programa serão previamente avaliados e classificados pelos setores competentes da Administração Pública Municipal, observada a legislação aplicável e a conveniência e o interesse público.

§ 1º A disponibilização dos bens às entidades beneficiárias dependerá de autorização expressa da Administração Pública Municipal e será formalizada por instrumento próprio, no qual deverão constar, entre outras condições, a identificação dos bens, sua destinação e as obrigações da entidade beneficiária.

§ 2º A cessão de uso dos bens não implicará transferência de propriedade, permanecendo os bens sob o patrimônio do Município enquanto vigente a respectiva cessão, salvo se houver posterior destinação definitiva autorizada nos termos da legislação aplicável.

Art. 4º Os bens cedidos deverão ser utilizados exclusivamente no desenvolvimento das atividades institucionais da entidade beneficiária, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua comercialização, alienação, locação, transferência ou destinação diversa daquela estabelecida no respectivo instrumento de cessão.

§ 1º A entidade beneficiária deverá manter cadastro e controle atualizado dos bens recebidos, responsabilizando-se por sua guarda, conservação e adequada utilização.

§ 2º Os bens deverão permanecer sob a guarda e utilização da entidade beneficiária pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo hipótese de devolução antecipada, desnecessidade, deterioração, impossibilidade de uso ou outra situação devidamente justificada e autorizada pela Administração Pública Municipal.

Art. 5º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei ou no respectivo instrumento de cessão poderá acarretar, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I** - o descredenciamento da entidade do Programa;
- II** - a obrigatoriedade de devolução dos bens recebidos, quando possível;
- III** - a impossibilidade de participação em novas destinações de bens no âmbito do Programa; e
- IV** - a adoção das demais medidas administrativas, civis e legais cabíveis, especialmente nos casos de desvio de finalidade, alienação ou comercialização indevida dos bens.





Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 6º A retirada, o transporte e demais despesas necessárias à remoção dos bens cedidos serão de responsabilidade da entidade beneficiária, salvo disposição diversa da Administração Pública Municipal.

Art. 7º A Administração Pública Municipal manterá registro atualizado dos bens destinados por meio do Programa, contendo, no mínimo, a identificação do bem, a entidade beneficiária, a data da destinação e a finalidade de sua utilização, para fins de controle, transparência, fiscalização e prestação de contas aos órgãos competentes.

Art. 8º A participação no Programa “Inservível que Serve” não gera direito subjetivo à obtenção de bens, ficando sua disponibilização condicionada à existência de itens passíveis de destinação, à observância dos requisitos estabelecidos nesta Lei e à conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, estabelecendo os procedimentos, critérios e demais condições necessários à execução do Programa.

Art. 10. Esta Lei está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, ao incentivar o reaproveitamento de bens móveis, a redução do desperdício, a destinação socialmente responsável de recursos públicos e o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 31 de agosto de 2026.


DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

